



AQ 02/2025

ACORDO-QUADRO PARA AQUISIÇÃO DE
VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS
PARA COMBATE A INCÊNDIOS

CADERNO DE ENCARGOS

Despacho de Aprovação:

**Aprovo, ao abrigo da delegação do C.I., de 23/07/2024, conjugada com a delegação do
Secretariado Executivo Intermunicipal de 24/07/2024**

O Primeiro-Secretário

Índice

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CAPITULO I - Informações Gerais	4
Artigo 1.º - Definições.....	4
Artigo 2.º - Caderno de Encargos	5
Artigo 3.º - Objeto	5
Artigo 4.º - Forma e documentos contratuais.....	6
Artigo 5.º - Prazo de vigência	6
CAPITULO II - Obrigações Entidades Intervenientes	7
Secção I - Entidades Cocontratantes	7
Artigo 6.º- Obrigações das entidades cocontratantes	7
Artigo 7.º - Sigilo e confidencialidade	8
Artigo 8.º - Direitos de propriedade intelectual.....	9
Secção II - Entidades Adquirentes e CC-CIMAC.....	9
Artigo 9.º - Obrigações das entidades adquirentes	9
Artigo 10.º - Obrigações da CC-CIMAC.....	9
Artigo 11.º - Alterações ao Acordo-Quadro	10
Artigo 12.º - Alterações ao contrato de Aquisição de veículos	10
Artigo 13.º - Preço Contratual	11
Capítulo III - Penalidades Contratuais	11
Artigo 14.º - Penalidades contratuais.....	11
Artigo 15.º - Execução da caução	12
Artigo 16.º - Casos fortuitos ou de força maior	12
Artigo 17.º - Suspensão do Acordo-Quadro	13
Artigo 18.º - Motivos de exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro.....	13
Artigo 19.º - Resolução por parte das entidades adquirentes	15
CAPITULO IV - Disposições Finais	15
Artigo 20.º - Resolução de litígios	15
Artigo 21.º - Prazos e regras de contagem.....	16
Artigo 22.º - Notificações	16
Artigo 23.º - Cessão da posição contratual e subcontratação	16

Artigo 24.º - Critérios Ecológicos e Ambientais	16
Artigo 25.º - Legislação aplicável	17
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	17
Artigo 26.º - Objeto da aquisição e previsão de quantidades.....	17
Artigo 27.º - Outros requisitos	17
Artigo 28.º - Revisão dos níveis de serviço	17
Artigo 29.º - Emissão de Relatórios de Faturação	18
Artigo 30.º - Preços de aquisição e prestação de serviço	18
Artigo 31.º - Remuneração da CC-CIMAC.....	18
PARTE III – PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES.....	19
Artigo 32.º - Aquisição de Veículos e Equipamentos	19
Artigo 33.º - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-Quadro	19
Artigo 34.º - Sanções nos contratos ao abrigo do acordo-quadro.....	20
Artigo 35.º - Despesas	21
Artigo 36.º - Aplicação subsidiária.....	21
Lista de Anexos ao Caderno de Encargos:.....	21

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPITULO I - Informações Gerais

Artigo 1.º - Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos, entende-se por:

- a) Acordo-Quadro – Contrato escrito, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (doravante abreviadamente designada por CIMAC) e os fornecedores selecionados (doravante designados por cocontratantes), que estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas da aquisição de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios, a apresentar por essas entidades, às entidades adquirentes;
- b) CC-CIMAC - Central de Compras da CIMAC, criada através de deliberação, de 21/05/2024, do Conselho Intermunicipal da CIMAC, ao abrigo do disposto no artigo 260.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, com o objeto e atribuições definidos no seu Regulamento Orgânico e de Funcionamento, publicado em Diário da República n.º 130, 2ª Série, de 8 de junho de 2024;
- c) Caderno de Encargos – O presente caderno de encargos referente ao concurso público para seleção de fornecedores de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios, que estabelece os requisitos técnicos, económicos e legais a cumprir pelos concorrentes;
- d) CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- e) Cocontratantes – Adjudicatários do acordo-quadro para aquisição de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios;
- f) Contratos de aquisição – Contratos de aquisição de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios, a celebrar entre as entidades adquirentes e a entidade cocontratante, nos termos do disposto nos artigos 257.º e 259.º do CCP, e de acordo com o presente caderno de encargos;
- g) Conselho Intermunicipal – Órgão de direção da CIMAC;
- h) Entidade Adquirente – Entidades adjudicantes que integram a Central de Compras da CIMAC;
- i) Entidade Agregadora – Entidade que representa um agrupamento de entidades adquirentes, que poderá ser a CIMAC, a CC-CIMAC ou um conjunto de entidades que a integram;

- j) Entidade Contratante ou adjudicante – Para efeitos de celebração do acordo-quadro, objeto do presente caderno de encargos, será a CIMAC, para efeitos de contratos de aquisição de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios, serão as entidades adquirentes;
- k) Gestor de Contrato – Responsável, nomeado pelo cocontratante, para gestão do acordo-quadro e gestão dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro
- l) Horas úteis – Período horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas dos dias úteis;
- m) Indicador de desempenho – Conjunto de métricas que permitem aferir a qualidade e o desempenho do fornecedor;
- n) Nível de Serviço – Utilizado para designar *Service Level Agreement* (SLA): contrato que especifica os níveis de serviços ou *standards* de desempenho que a entidade fornecedora se compromete a prestar a uma determinada entidade adquirente;
- o) Plataforma Eletrónica – Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela CIMAC no âmbito do presente procedimento.

Artigo 2.º - Caderno de Encargos

O caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas para a aquisição de veículos e equipamentos operacionais, novos, para combate a incêndios, e dos respetivos equipamentos associados, a serem contratadas pela CIMAC, para os Municípios que a integram, bem como para as outras entidades que se achem submetidas ao regime do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as corporações de bombeiros, e freguesias localizadas nos municípios que compõem a CIMAC, ou outras, desde que manifestem a vontade de integração, o que comporta a adesão à Central de Compras da CIMAC, aos seus princípios e à aceitação do seu regulamento e das normas de execução emanadas pelo Conselho Intermunicipal da CIMAC.

Artigo 3.º - Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto, a celebração de um acordo-quadro, que visa a seleção de cocontratantes, para o fornecimento de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios e demais serviços associados, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no presente caderno de encargos, na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP, para as entidades que integram CC-CIMAC, de acordo com os seguintes lotes:
 - a. Lote 1 – Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios (VLCI);
 - b. Lote 2 – Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI);

- c. Lote 3 – Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF);
- d. Lote 4 – Módulo e Apoio às Operações de Proteção Civil (MAOPC);
- e. Lote 5 – Veículo de Coordenação para Serviço Municipal de Proteção Civil (VCMPC).

Artigo 4.º - Forma e documentos contratuais

1. O contrato de acordo-quadro será celebrado por escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato de acordo-quadro, os seguintes documentos:
 - a) Suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pela CIMAC;
 - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O Programa de Concurso e o presente caderno de encargos;
 - d) As propostas dos adjudicatários;
 - e) Os esclarecimentos às propostas adjudicadas; e,
 - f) Outras peças do concurso.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, as entidades fornecedoras obrigam-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. O estabelecido no clausulado do contrato de acordo-quadro prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos demais documentos previstos no n.º 2 deste artigo.
5. Havendo contradição entre os documentos previstos no n.º 2 deste artigo, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Artigo 5.º - Prazo de vigência

1. O acordo-quadro que resulta do presente procedimento, tem a duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da sua assinatura, para a totalidade dos lotes em apreço, e considera-se automaticamente renovado por um período de um ano se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

2. O prazo máximo de vigência do acordo-quadro, incluindo renovação, é de 48 (quarenta e oito) meses.

CAPITULO II - Obrigações Entidades Intervenientes

Secção I - Entidades Cocontratantes

Artigo 6.º- Obrigações das entidades cocontratantes

1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, constituem, entre outras, obrigações das entidades cocontratantes:
 - a) Apresentar proposta válida, com preço igual ou inferior ao estabelecido pelo cocontratante no presente acordo-quadro, a todas as consultas efetuadas pela entidade agregadora ou por qualquer entidade adquirente, para o lote ou lotes para os quais foi selecionado, no âmbito do presente acordo-quadro, respeitando os termos dos convites e o disposto no presente caderno de encargos;
 - b) Celebrar contratos de compra-venda de veículos, com as entidades adquirentes;
 - c) Facultar os veículos propostos às entidades adquirentes, conforme as normas legais vigentes, aplicáveis ao exercício da atividade, os requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos neste caderno de encargos, em particular no Anexo A, e demais documentos contratuais, salvo se foram negociadas condições mais vantajosas para as entidades adquirentes;
 - d) Não alterar as condições de fornecimento fora dos casos previstos no artigo 12.º do presente caderno de encargos;
 - e) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa, mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
 - f) Comunicar antecipadamente às entidades agregadoras e adquirentes, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos veículos e/ou equipamentos objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
 - g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais

com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

- h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de aquisição, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- i) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, na área reservada ao cocontratante, no portal da central de compras, em www.centraldecompras.cimac.pt, bem como entregá-los às entidades adquirentes, sempre que solicitado por estas;
- j) Submeter os relatórios de faturação previstos no presente caderno de encargos, através da área reservada do portal da Central de Compras, em: <http://centraldecompras.cimac.pt>;
- k) Enviar os relatórios de faturação previstos no presente caderno de encargos;
- l) Remunerar a CIMAC, nos termos fixados no presente caderno de encargos;
- m) Manter sigilo e garantir a confidencialidade; e,
- n) Disponibilizar, sempre que solicitado pela CC-CIMAC, declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do presente acordo-quadro;

Artigo 7.º - Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade, sobre todos os assuntos previstos no objeto do contrato de acordo-quadro, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros, que se encontrem envolvidos no fornecimento ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Exclui-se do âmbito do número anterior, toda a informação gerada por força da execução do contrato de acordo-quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos, que por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do acordo-quadro ou dos contratos de aquisição, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança, devidos às pessoas coletivas.

Artigo 8.º - Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade dos cocontratantes, os encargos decorrentes da utilização, no âmbito do acordo-quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

Secção II - Entidades Adquirentes e CC-CIMAC

Artigo 9.º - Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem, entre outras, obrigações das entidades adquirentes:
 - a) Celebrar os contratos de aquisição de veículos com os cocontratantes, sempre que tal considerem necessário, segundo as regras definidas no presente acordo-quadro e com os níveis de serviço definidos nas consultas prévias;
 - b) Nas referidas consultas prévias, as entidades adquirentes deverão dimensionar e especificar as suas necessidades e, caso optem por requisitos inferiores ao definido em sede de acordo-quadro, deverão fazer referência às mesmas;
 - c) Monitorizar o fornecimento, no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços definidos no presente caderno de encargos, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
 - d) Comunicar, em tempo útil, à CIMAC, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato de aquisição e/ou do acordo-quadro, e reportar os resultados da monitorização, e;
 - e) Facultar toda a informação relativa ao fornecimento efetuado ao abrigo do acordo-quadro, sempre que lhes seja solicitado pela CIMAC, até 15 (quinze) dias úteis após a sua solicitação;
 - f) As demais obrigações previstas no Anexo A.
2. A informação referida na alínea d) do número anterior, deve ser enviada através dos relatórios de faturação, submetidos no portal da CC-CIMAC em: <http://centraldecompras.cimac.pt>.

Artigo 10.º - Obrigações da CC-CIMAC

Constituem, entre outras, obrigações da CIMAC:

- a) Celebrar, gerir e atualizar o acordo-quadro respeitante à aquisição veículos;
- b) Acompanhar e promover a adoção do acordo-quadro;

- c) Monitorizar a qualidade dos fornecimentos e, quando necessário, intervir na aplicação de sanções; e,
- d) Fornecer às entidades adquirentes, a requerimento destas, elementos disponíveis, que não tenham carácter confidencial ou sigiloso, e que se afigurem convenientes para uma melhor execução dos fornecimentos, compreendidos no objeto dos contratos de aquisição de veículos.

Artigo 11.º - Alterações ao Acordo-Quadro

1. A CC-CIMAC pode, em qualquer momento, em virtude de alterações justificáveis no mercado de fornecimento de veículos, promover a atualização dos preços máximos unitários, para as entidades adquirentes, para cada lote.
2. Na atualização dos preços das propostas, prevista no número anterior deste artigo, os cocontratantes deverão cumprir os requisitos mínimos exigidos na celebração do acordo-quadro, não podendo, no entanto, substituir veículos, equipamentos ou características técnicas, que não decorram de imposições legais.
3. Para efeitos de qualquer alteração ao acordo-quadro, distinta da referida no número 1 deste artigo, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
4. Os cocontratantes não podem apresentar propostas, em procedimentos lançados ao abrigo do acordo-quadro, com veículos e/ou equipamentos que não tenham sido previamente aprovados pela CIMAC, ou com preços superiores aos contratados em sede de acordo-quadro.
5. As alterações não podem conduzir à modificação do objeto principal do acordo-quadro, nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência, garantida na fase de formação do mesmo.

Artigo 12.º - Alterações ao contrato de Aquisição de veículos

1. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração aos preços e outras condições acordadas com a entidade adquirente, salvo as exceções previstas nos números 2 e 3 do artigo anterior.
2. Só são permitidas alterações aos preços, se estas resultarem de disposição legal e, neste caso, com consentimento das entidades adquirentes.
3. As alterações que ocorram em virtude das circunstâncias previstas no número anterior, produzem efeitos na data de entrada em vigor da disposição legal e deverão ser

obrigatoriamente comunicadas às entidades adquirentes com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

Artigo 13.º - Preço Contratual

1. As entidades adquirentes são as únicas responsáveis pelo pagamento do preço de aquisição de veículos e respetivos equipamentos que lhes sejam fornecidos, não podendo as adjudicatárias, em caso algum, emitir faturas à CC-CIMAC.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às entidades adquirentes.
3. O preço contratual é o que resultar da proposta adjudicada no procedimento celebrado ao abrigo do presente acordo-quadro, não podendo, em qualquer caso, exceder os preços máximos apurados em sede de acordo-quadro.
4. O prazo de pagamento é o que for normalmente praticado por cada entidade adquirente, nos termos da lei.

Capítulo III - Penalidades Contratuais

Artigo 14.º - Penalidades contratuais

1. O incumprimento das condições de fornecimento e demais obrigações previstas no acordo-quadro e nos contratos de aquisição, confere às entidades adquirentes, o direito a serem indemnizadas através da aplicação de uma sanção, a creditar a favor da entidade adquirente ou a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, as entidades adquirentes têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa das entidades fornecedoras e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de incumprimento, deverá ser aplicada uma sanção calculada da seguinte forma:
 - a) Em caso de incumprimento da submissão dos relatórios previstos no n.º 1 do Artigo 28.º, ou caso se verifiquem que os valores comunicados são inferiores aos efetivamente faturados às entidades adquirentes, será aplicada pelo destinatário do relatório, uma sanção pecuniária de 200,00€ (duzentos euros) por cada relatório em falta e dia de atraso;
4. Em caso de resolução dos contratos por incumprimento das entidades fornecedoras, as entidades adquirentes podem exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

5. Ao valor da sanção prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelas entidades fornecedoras, ao abrigo do n.º 3 do presente artigo, relativamente aos veículos e equipamentos objeto do acordo-quadro, cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.
6. As sanções previstas no presente artigo não obstam a que as entidades adquirentes possam exigir uma indemnização pelo dano excedente.
7. Para efeitos da aplicação da sanção prevista no presente artigo, considera-se que o prazo de entrega dos veículos e/equipamentos se encontra cumprido na data da entrega da sua totalidade, desde que se encontrem de acordo com as condições acordadas.
8. Sem prejuízo das sanções previstas no presente artigo, a entidade adquirente poderá, caso se verifique alguma das situações previstas no artigo 20.º, resolver o contrato.

Artigo 15.º - Execução da caução

1. Para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração dos subseqüentes contratos de aquisição, o adjudicatário deverá prestar caução, sempre que o preço contratual daqueles contratos for superior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros), no valor fixado pelas entidades adquirentes, em sede de convite, sendo no máximo 5% do preço contratual respetivo.
2. As cauções prestadas para o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos, podem ser executadas pelas entidades adquirentes sem necessidade de prévia decisão judicial.
3. A resolução dos contratos de aquisição pelas entidades adquirentes não impede a execução da caução.

Artigo 16.º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato de acordo-quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior

deverá ser comunicada à outra parte e justificadas tais situações, bem como, informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. As circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior ou a ocorrência de casos fortuitos, determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais que, comprovadamente, por elas forem afetadas durante um determinado período de tempo.

Artigo 17.º - Suspensão do Acordo-Quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do acordo-quadro, a CIMAC pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender, total ou parcialmente, a execução do acordo-quadro.
2. A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes, por carta registada com aviso de receção, salvo se da referida notificação constar data posterior.
3. A CIMAC pode, a todo o tempo, levantar a suspensão da execução do acordo-quadro.
4. Os cocontratantes não poderão reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão, total ou parcial, do acordo-quadro.

Artigo 18.º - Motivos de exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro

1. O incumprimento por qualquer das entidades cocontratantes das obrigações que sobre si recaem, nos termos do presente acordo-quadro ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à CIMAC o direito à exclusão dessa entidade do acordo-quadro, com o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados, nos termos gerais de direito.
2. Para efeitos do presente artigo, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo, aquando da verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
 - a) Incumprimento de normas legais ou regulamentares, aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - b) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga, resultante de um processo de idêntica natureza;
 - c) Incumprimento das suas obrigações, relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Tributária e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - d) Falsas declarações;

- e) Não apresentação dos relatórios de faturação previstos no artigo 28.º do presente caderno de encargos;
 - f) Não cumprimento das obrigações de remuneração da CIMAC nos termos do artigo 30.º do presente caderno de encargos;
 - g) Incumprimento da obrigação de manutenção atualizada dos documentos de habilitação no portal da CC-CIMAC em: <http://centraldecompras.cimac.pt/>;
 - h) A resolução do contrato por uma das entidades adquirentes, nos termos do artigo 19.º do presente caderno de encargos;
 - i) A verificação de incumprimento gravoso, relativo aos veículos e/ou equipamentos fornecidos;
 - j) Recusa de fornecimento a uma entidade adquirente, sem razão justificada;
 - k) Não apresentação de proposta ou apresentação de proposta não válida, condicionada ou com custos indiretos e/ou futuros, sem fundamentação atendível nos termos das regras do presente acordo-quadro;
 - l) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviço mínimos, previstos no presente acordo-quadro;
 - m) Fornecimento de outros veículos e/ou equipamentos não previstos no acordo-quadro.
3. O exercício do direito de exclusão terá lugar, mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade fornecedora em causa, da qual conste a indicação do motivo de incumprimento, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu conhecimento pela CIMAC, ficando desde logo impedida de apresentar novas propostas ao abrigo do presente acordo-quadro, sem prejuízo do direito de pronúncia que lhe assiste.
4. A exclusão do acordo-quadro não liberta o fornecedor do dever de satisfazer as encomendas das entidades adquirentes, recebidas até à data da exclusão.
5. A exclusão de um cocontratante não prejudica a aplicação das penalidades previstas no artigo 14.º do presente caderno de encargos.
6. Em caso de verificação, designadamente, dos factos constantes das alíneas b) a k) do n.º 2, pode a CIMAC optar pela aplicação de suspensão do cocontratante do acordo-quadro, até conclusão do inquérito, em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, com a consequente inibição de participação em procedimentos iniciados ao seu abrigo, até conclusão do período de suspensão.
7. O período de suspensão referido no n.º 6 não deverá ser superior a 90 (noventa) dias, e deverá terminar com o cumprimento das falhas que motivaram a referida suspensão ou com a conclusão do processo de inquérito.

8. Para efeitos do disposto nas alíneas d), g), i) e j) do número dois do presente artigo, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e/ou aplicação de sanção, quando exista, o prestador continue a incorrer em incumprimento.

Artigo 19.º - Resolução por parte das entidades adquirentes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adquirentes podem resolver os contratos de aquisição, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das suas obrigações.
2. Para efeitos do presente artigo, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais, aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo, caso se verifique qualquer uma das seguintes situações, em relação a cada uma das entidades fornecedoras:
 - a) Não satisfação das especificações técnicas conforme legislação em vigor;
 - b) Não satisfação dos níveis de serviço conforme expresso no presente caderno de encargos, em particular no Anexo A, e nos contratos de aquisição;
 - c) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga, resultante de um processo de idêntica natureza;
 - d) Incumprimento, por parte do prestador, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Tributária e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - e) Falsas declarações.
3. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade fornecedora em causa, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento, pela entidade adquirente.
4. A resolução dos contratos de aquisição não prejudica o direito à indemnização, que caiba às entidades adquirentes, nos termos gerais de direito.

CAPITULO IV - Disposições Finais

Artigo 20.º - Resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente a comarca à qual compete a resolução do litígio.

2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico, nos termos da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.

Artigo 21.º - Prazos e regras de contagem

Os prazos previstos no acordo-quadro e nos contratos de aquisição contam-se nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 22.º - Notificações

1. As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que a Lei ou o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações serão preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela CIMAC, podendo ainda ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
3. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do acordo-quadro, só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.

Artigo 23.º - Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Os cocontratantes não podem ceder a sua posição no acordo-quadro e nos contratos celebrados ao seu abrigo.
2. Os cocontratantes poderão subcontratar o fornecimento dos bens objeto do presente acordo-quadro, desde que autorizado previamente pela CIMAC e pela entidade adjudicante.
3. Para efeitos da produção e envio dos relatórios de faturação e do pagamento da remuneração à CIMAC, previstos no presente caderno de encargos, a responsabilidade mantém-se nos cocontratantes.

Artigo 24.º - Critérios Ecológicos e Ambientais

Os cocontratantes devem garantir o cumprimento das normas ecológicas e ambientais aplicáveis, decorrentes da legislação em vigor, bem como, garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor, no período de vigência do contrato.

Artigo 25.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro;
- c) Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro;
- d) Código de Procedimento Administrativo; e,
- e) Demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 26.º - Objeto da aquisição e previsão de quantidades

- 1. A aquisição de veículos e equipamentos operacionais para combate a incêndios, previstos no presente acordo-quadro, deverá ser realizada de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos, e demais documentos contratuais, constituindo-se o Anexo B, numa mera estimativa das quantidades adquirir pela Entidades Aderentes.
- 2. A entidade adjudicatária deverá fornecer os veículos e restantes equipamentos, cumprindo as condições constantes no presente caderno de encargos, em particular as constantes no Anexo A, e demais legislação aplicável.
- 3. Sem prejuízo do disposto num número 1 do presente artigo, nem a CIMAC, nem as entidades integrantes da Central de Compras asseguram, nesta fase, a aquisição total ou parcial das quantidades indicadas no Anexo B.

Artigo 27.º - Outros requisitos

- 1. Os veículos devem ser entregues em estado novo, sem prejuízo da presença dos quilómetros percorridos, necessários, desde o local de produção até ao local de entrega.
- 2. São da responsabilidade da adjudicante, todos os impostos e taxas e que resultem da legislação.

Artigo 28.º - Revisão dos níveis de serviço

Os níveis de serviço podem ser revistos mediante acordo de ambas as partes e deve ser efetivada em período de tempo acordado para o efeito.

Artigo 29.º - Emissão de Relatórios de Faturação

1. As entidades fornecedoras obrigam-se a remeter à CC-CIMAC, no prazo de 15 (quinze) dias após o final do semestre a que diz respeito, os relatórios de faturação.
2. Para efeitos de interpretação do número anterior, considera-se o primeiro semestre o período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho e o segundo semestre, o período compreendido entre 1 de julho e 31 de dezembro.
3. Considera-se não submissão definitiva dos relatórios de faturação, o seu não envio para a CC-CIMAC até 15 (quinze) dias após o termo dos prazos previstos nos números anteriores.
4. O não envio dos relatórios ou a falta de observância da informação solicitada, implica a suspensão dos pagamentos devidos pela entidade adquirente, até à regularização da situação em causa.
5. Os relatórios de faturação deverão ser disponibilizados através do portal da CC-CIMAC, em <http://centraldecompras.cimac.pt/>, no espaço reservado aos fornecedores.
6. As entidades fornecedoras, sempre que lhes seja solicitado pela CC-CIMAC, devem facultar, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia das faturas relativas aos veículos e equipamentos fornecidos no âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro.

Artigo 30.º - Preços de aquisição e prestação de serviço

1. Os preços obtidos no acordo-quadro, correspondem aos preços máximos que podem ser praticados pelos cocontratantes.
2. Os valores a apresentar incluem todas as despesas de transporte, averbamento e legalização.
3. Aos valores a apresentar pelas entidades cocontratantes, deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 31.º - Remuneração da CC-CIMAC

1. As entidades fornecedoras remunerarão a CC-CIMAC, pelos serviços de gestão, supervisão e comunicação, relacionados com o acordo-quadro, prestados no âmbito das suas atribuições, com uma periodicidade semestral, por um valor líquido correspondente a 2% do valor faturado às entidades adquirentes, naquele período.
2. Para efeitos deste artigo, os períodos de 6 (seis) meses correspondem aos semestres de cada ano civil.
3. A CIMAC deverá emitir fatura correspondente ao semestre em causa, no prazo de 10 (dez)

dias a contar da data de receção dos relatórios de faturação e gestão, previstos no presente caderno de encargos, devendo o pagamento em causa ser efetuado até 60 dias a contar da data de receção da fatura.

PARTE III – PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES

Artigo 32.º - Aquisição de Veículos e Equipamentos

1. A aquisição de veículos e equipamentos, pelas entidades adquirentes, será nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, efetuada por consulta prévia a todos os cocontratantes que tenham assinado o contrato de acordo-quadro, para que apresentem as suas propostas, fixando-se um prazo suficiente para o efeito.
2. As entidades adquirentes podem concretizar, desenvolver ou complementar o previsto no Acordo Quadro, em virtude das particularidades e necessidades, cuja satisfação, se visa com a celebração do contrato.
3. As entidades adquirentes não podem fixar um prazo para apresentação das propostas inferior a 7 (sete) dias e deverão definir as especificações técnicas dos veículos e equipamentos.
4. As consultas prévias, ao abrigo do acordo-quadro, poderão ser efetuadas pela CC-CIMAC ou por qualquer outra entidade que a integre.
5. Nos procedimentos ao abrigo do presente acordo-quadro, não são possíveis propostas variantes.
6. As entidades adquirentes podem, ainda, atualizar as características dos bens a adquirir ao abrigo do Acordo Quadro, modificando-as ou substituindo-as por outras, desde que se mantenha o tipo de fornecimento e os objetivos das especificações fixadas no presente procedimento de formação do Acordo Quadro, e desde que tal se justifique, em função da ocorrência de inovações tecnológicas e/ou alterações legais.

Artigo 33.º - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-Quadro

1. A adjudicação é feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, por lotes, segundo as seguintes modalidades:
 - i. Monofator;
 - ii. Multifator;
2. A adjudicação segundo o critério da proposta da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, para qualquer dos lotes, tem em conta os seguintes fatores:
 - a) Preço, com ponderação mínima de 70% (setenta por cento);

- b) Níveis de serviço associados ao fornecimento de veículos e/equipamentos, podendo ser ponderados os seguintes subfactores:
- i. Prazo e quilómetros de garantia;
 - ii. Prazo de entrega do veículo;
 - iii. Equipamento adicional/opcional;
 - iv. Custos dos contratos de manutenção preventiva e/ou corretiva;
 - v. Potencia máxima em Kw;
 - vi. Autonomia;
 - vii. Prazo de garantia da bateria;
 - viii. Módulos de baterias com capacidade de carregamento rápido;
3. As entidades adquirentes devem prever critérios de desempate das propostas, que possam estar relacionados com as ponderações atribuídas aos fatores que densificam o critério de adjudicação.

Artigo 34.º - Sanções nos contratos ao abrigo do acordo-quadro

1. As entidades adquirentes devem prever sanções por incumprimento contratual, nos procedimentos ao abrigo do presente acordo quadro.
2. Sem prejuízo das sanções que sejam fixadas nos termos previstos no número anterior, as entidades adquirentes devem aplicar, por causas imputáveis aos cocontratantes, as seguintes sanções:
 - a) Em caso de incumprimento dos prazos definidos nos níveis de serviço, definidos no Anexo A do presente caderno de encargos, deve ser aplicada uma sanção pecuniária por veículo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = V \times A / 365$$

Em que:

S = Sanção pecuniária;

V = Valor unitário de aquisição do veículo não entregue;

A = Número de dias de atraso.

3. O valor das sanções pecuniárias pode ser deduzido ao preço contratualizado.

Artigo 35.º - Despesas

Correm por conta do adjudicatário, todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

Artigo 36.º - Aplicação subsidiária

Aplicam-se ao regime jurídico do contrato, em tudo o que não estiver especialmente regulado, com as necessárias adaptações, as disposições da Parte II do presente caderno de encargos.

Lista de Anexos ao Caderno de Encargos:

Anexo A – Especificações Técnicas dos Veículos e Equipamentos

Anexo B – Previsão de quantidades a adquirir pelas Entidades Aderentes, por tipologia de veículos equipamentos